

# Apresentação

## **Cidades em Transformação: Regulação, Inovação e Mobilidade na Era Digital**

A presente edição da Revista Parlamento e Sociedade (v. 13 n. 25), com colaboração do CELEG – Centro de Estudos Legislativos da Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, reúne um conjunto de artigos que analisam os profundos desafios regulatórios e jurídicos impostos pela rápida transição tecnológica e social no ambiente urbano contemporâneo. O tema central, “Cidades em Transformação: Regulação, Inovação e Mobilidade na Era Digital”, aborda as formas pelas quais novas tecnologias e modelos de negócio estão reconfigurando a mobilidade, o uso do solo e a própria gestão democrática dos espaços coletivos nas metrópoles.

Abriando o debate e estabelecendo o pano de fundo geral, o artigo “Transporte Remunerado por Aplicativo: Considerações sobre a Mobilidade Urbana e a Justiça Social”, de Jeferson Sousa Oliveira, analisa as implicações do surgimento do transporte remunerado por aplicativo. O texto aborda como essa inovação rompeu com a hegemonia do segmento de transporte e hoje pode ser considerada um serviço de utilidade pública, concluindo que o serviço trouxe benesses à sociedade brasileira, embora tenha gerado reflexos positivos e negativos na mobilidade urbana.

Na sequência, Marcos Antonio Silva, com “A Batalha Judicial pelo Asfalto: a Tensão Hermenêutica entre Autonomia Municipal, Livre Iniciativa, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública na Regulamentação do Serviço de Mototáxi por Aplicativos”, aprofunda o debate regulatório, concentrando-se em um caso específico do conflito federativo. O estudo examina a tensão jurídica e política em torno da regulamentação do mototáxi por aplicativos, defendendo que a proibição total do serviço pelos municípios é uma medida inconstitucional e desproporcional, visto que a livre iniciativa e a livre concorrência devem ser defendidas, à luz da jurisprudência do STF (Tema 967). O artigo conclui que a via mais adequada é a regulamentação, orientando o poder público a buscar soluções que conciliem modernidade, inovação, segurança e bem-estar social.

Ampliando a análise da mobilidade urbana para modais mais leves e sustentáveis, Gabriela Souto Maior Baccarin e Natália de Aquino Cesário apresentam

“Micromobilidade Urbana no Município de São Paulo”. O artigo analisa a regulação da micromobilidade na cidade de São Paulo, destacando a importância cada vez maior desses deslocamentos e os potenciais benefícios ambientais. O texto afirma que o Poder Público municipal paulistano exerce legitimamente suas competências constitucionais ao adotar uma postura ativa diante desse desafio.

Projetando a discussão para o futuro da mobilidade, no artigo “Desafios Regulatórios do Espaço Urbano na Implantação de Veículos Elétricos de Pouso e Decolagem Vertical (eVOTLs): Novas Tecnologias para a Mobilidade Sustentável na Cidade de São Paulo”, Henrique Andrade Porto, Irene Patrícia Nohara e Carlos Eduardo de Araujo abordam os desafios regulatórios dos chamados eVTOLs. O estudo problematiza uma nova dimensão regulatória, o espaço aéreo urbano, que tradicionalmente não se encontra sob a competência municipal. Os autores examinam a infraestrutura essencial, como os vertiportos, para que essa tecnologia futura se estabeleça com segurança, eficiência e sustentabilidade.

O quinto artigo realiza a transição da mobilidade para a ocupação e o uso do espaço público. “Desafios Jurídicos na Implementação dos *Parklets*: Efetivação do Direito à Cidade ou Privatização de Espaços Públicos?”, de Érika Capella Fernandes Sfeir, analisa os *parklets* sob a perspectiva do direito à cidade. O trabalho aborda a reconfiguração urbana marcada por interesses privados e as críticas aos *parklets*, especialmente quanto ao risco de apropriação privada do espaço público. A autora reflete sobre o dever do Poder Público na regulação e fiscalização desses espaços e na promoção de políticas que valorizem outros espaços públicos permanentes.

Ampliando o olhar para as novas economias urbanas, Irene Patrícia Nohara, Cintia de Castro Marino e Carlos Eduardo de Araujo, em “*Dark Kitchens* e a Cidade de São Paulo: Desafios Regulatórios Urbanísticos”, examinam o fenômeno das *dark kitchens*. O artigo analisa o impacto urbanístico dessa modalidade de atividade e os problemas gerados no ambiente urbano. A pesquisa compara as disciplinas normativas existentes em São Paulo e aponta a necessidade de parâmetros regulatórios mais claros e consistentes para o aprimoramento da regulação urbanística.

Encerrando a coletânea com uma reflexão sobre a economia digital aplicada ao setor imobiliário, Cristina Barbosa Rodrigues apresenta “Os Desafios da Regulamentação pelos Municípios das Locações de Curta Duração Realizadas por Meio de Plataformas Digitais”. O artigo analisa os impactos da modelagem econômica das plataformas digitais no mercado de locação de curta temporada, identificando os desafios que surgem para a regulação no âmbito municipal. A

autora destaca que essas atividades podem causar desequilíbrio no mercado hoteleiro e desafios urbanísticos e de segurança para moradores, concluindo pela necessidade de regulação específica para conciliar os direitos de propriedade e livre iniciativa econômica com os interesses da coletividade, promovendo desenvolvimento econômico e segurança de forma sustentável.

Em conjunto, os artigos desta edição oferecem um mosaico complexo das novas fronteiras regulatórias nas cidades. Os textos evidenciam a tensão contínua entre a necessidade de absorver a inovação tecnológica e o dever do Poder Público de reconfigurar o espaço urbano e o direito à cidade para garantir a justiça social, a segurança e a sustentabilidade no contexto da era digital.

Equipe Editorial